

**Estratégia e programa de acção da CES 2007-2011**  
**Resumo**

**“Para um manifesto de Sevilha”**

*“A maioria actual da União (Europeia) é mais favorável a uma economia de mercado muito liberalizada do que a uma economia regulamentada”.*

**(Jacques Delors, Abril de 2007)**

1. 50 anos depois do Tratado de Roma, a CES confronta-se com uma série de desafios nos planos político, económico, ambiental e social. Estes desafios são complexos. Mas, relativamente aos desafios anteriores, os quais os nossos predecessores enfrentaram com sucesso (incluindo o desemprego em massa e a pobreza, a destruição da guerra e a reconstrução do pós-guerra, a inversão das ditaduras e a reunificação da Europa) não devemos nunca duvidar da capacidade da nossa geração em ultrapassar os desafios do nosso tempo. Quais são esses desafios?
2. No plano **político**, é evidente que o entusiasmo em favor da União Europeia declinou em certos países e que o cepticismo referente à criação de uma Europa mais forte e mais coerente é hoje maior. De facto, para alguns sindicatos, a Europa arrisca-se a ser vista como o arquétipo dos piores efeitos da globalização, situação que se explica pelo facto de os empregos se deslocarem para destinos menos caros e de as populações que emigram se sujeitarem a trabalhar a custos inferiores aos das populações locais. Desde logo, a opinião pública tem tendência a ser mais sensível aos argumentos simplistas da retórica nacionalista e proteccionista do que em relação aos processos mais complexos de reforço da integração europeia, sendo que, assim, está menos disposta a reconhecer que a globalização apresenta tanto vantagens como também inconvenientes.
3. No plano **económico**, o desemprego é elevado em numerosos países e, apesar de melhorias recentes e bem-vindas, muitos dos novos empregos são precários e mal remunerados. Por outro lado, nalguns países-chave, o crescimento dos salários reais é ínfimo. De uma forma mais geral, na maioria dos países com salários elevados, a componente dos salários no produto interno bruto diminui, tal como Warren Buffet (o investidor americano) afirmava recentemente “há uma guerra de classes e a minha classe está a ganhar”. É igualmente evidente que as políticas a curto prazo têm cada vez mais tendência a expandir-se entre os investidores financeiros, com capitais de risco, fundos de investimento especulativo, etc., que tratam as empresas essencialmente como instrumentos de especulação, em vez de investir em novos produtos, em novos serviços, em produtividade elevada e em tecnologias sustentáveis. Num contexto em que, no quadro das regras actuais do euro, a política macroeconómica é impedida de se desenvolver pelo Banco Central Europeu, a Europa esforça-se por gerar crescimento a fim de se igualar aos outros poderes económicos existentes e emergentes no mundo.
4. No plano **ambiental**, os cidadãos europeus têm vindo a consciencializar-se de forma acrescida das ameaças produzidas pelo aquecimento global. Mas, até agora, os esforços envidados pelas autoridades europeias para combater este fenómeno não têm estado à altura deste desafio. A Europa deve encabeçar este combate e, em certas matérias como a regulamentação dos produtos químicos perigosos, é isso que ela tem feito. Os progressos à escala europeia

foram conseguidos recentemente, graças ao desenvolvimento das fontes de energia renovável. Mas, regra geral, existem fortes variações entre os Estados membros e as acções são muito pouco coordenadas, a nível europeu. A desregulamentação constitui um tema dominante da actual Comissão Europeia, o que refreou os progressos referentes às questões ambientais.

5. A **Europa social** sofreu igualmente com a confiança absoluta na desregulamentação. Nenhuma medida jurídica destinada a apoiar os trabalhadores europeus foi, por assim dizer, introduzida no decurso dos quatro últimos anos. Uma maioria da Comissão, a maioria dos empregadores e alguns Estados membros chegaram a acordo quanto a pôr termo aos progressos de medidas como o tempo de trabalho e os trabalhadores temporários. De facto, alguns Governos chegaram mesmo a perguntar-se se existiria uma Europa Social, ignorando as cerca de 60 medidas jurídicas que foram já introduzidas em matéria de saúde e segurança, de conselhos de empresa europeus, de igualdade e de informação e consulta. Pelo contrário, afirmaram que a Europa não precisa de dimensão social, esquecendo, assim, que o projecto de integração europeia deve beneficiar de apoio popular.
6. Como resultado, a Europa sofreu prejuízos, recentemente. Como Jacques Delors afirmou “Ninguém se apaixona por um mercado único”. No decurso dos anos entretanto passados, a Europa Social tem sido essencial para o progresso da Europa. E deve voltar a sê-lo.
7. De facto, a CES reconhece que em 50 anos, depois do Tratado de Roma, a UE conseguiu progressos de facto notáveis. Regra geral, os Estados-providência e os serviços públicos tornaram-se os melhores do mundo. A paz foi preservada na EU, acompanhada de uma maior prosperidade. Apesar das suas limitações, a integração europeia ajudou os novos Estados Membros a reduzir o fosso com os já existentes.
8. Apesar de todas as dificuldades encontradas, o empenhamento da CES em trabalhar por “mais” Europa e por uma “melhor” Europa continua em pleno: uma Europa reunida em torno de direitos e valores como a paz, a liberdade, a democracia, os direitos fundamentais, a igualdade, o desenvolvimento sustentável, o pleno emprego e o trabalho decente, o diálogo social, a protecção das minorias, o acesso universal e em igualdade a serviços públicos de alta qualidade e uma economia próspera que favoreça o progresso social e a protecção do emprego. É, igualmente, essencial, manter um bom equilíbrio entre os objectivos iniciais de Lisboa em termos de crescimento, de progressos a nível ambiental e de coesão social. Sem um empenhamento renovado em favor da Europa Social, este equilíbrio perder-se-á. E a Europa deve atacar a concorrência dos Estados Membros para reduzir os impostos, em particular a tributação das empresas, e para reduzir a protecção social e a protecção do emprego. Só assim se conseguirá travar a “curva descendente”.
9. Para a CES, o Congresso de Sevilha constitui, assim, uma nova etapa na via de uma organização mais forte, mais solidária e mais apta a beneficiar os trabalhadores da Europa e do mundo. Para passar à ofensiva, é preciso uma organização capaz de criticar e mobilizar, mas também capaz de propor, de negociar e de agir. O fortalecimento do sindicalismo europeu e da capacidade da CES será, portanto, essencial para a eficácia e a produtividade da nossa ofensiva, bem como para levar a bom porto as principais orientações da nossa “Estratégia e Programa de Acção”, a seguir enumeradas:

A CES prevê passar à ofensiva em cinco grandes frentes:

1. Por sindicatos mais fortes e uma CES mais forte

- Elaborar uma estratégia de organização, a fim de ajudar as organizações filiadas a aumentar o número dos seus membros.
- Construir uma CES mais forte, desde já apta a lançar campanhas e promover mais solidariedade.
- Trabalhar com a recém-criada CSI e o seu Conselho Regional Pan-Europeu e também com as Federações Sindicais Mundiais e a TUAC, com vista a edificar, em bases sólidas, uma organização sindical solidária e influente no mundo.

2. Por um mercado de trabalho europeu

- Trabalhar por mais empregos de melhor qualidade e pelo pleno emprego.
- Envidar esforços para a criação de normas europeias mínimas em áreas como os salários, as condições de trabalho, os direitos sindicais e a saúde e segurança.
- Combater e inverter a tendência crescente para o trabalho precário.
- Aumentar os salários reais – incentivar a ideia que os trabalhadores europeus têm necessidade de aumentos salariais.
- Dar prioridade à eliminação do fosso salarial entre homens e mulheres.
- Lutar contra a “deslocalização”, estimular as negociações sobre a reestruturação e proporcionar um quadro mais sólido em matéria de informação, de consulta e de participação, incluindo peritos independentes em reestruturações.
- Promover sempre a igualdade e a integração da dimensão de género, combater sempre o racismo, a discriminação e a xenofobia.
- Lutar por um melhor quadro de mobilidade dos trabalhadores europeus com base no princípio da igualdade.

- Militar em favor dos direitos sindicais em matéria de greve a nível transnacional.
- Retomar o debate sobre flexigurança daqueles que aspiram à redução da protecção do emprego e das prestações em matéria de emprego.
- Incentivar uma melhor protecção social e os Estados-providência dotados de serviços completos em matéria de rendimento mínimo, reformas, saúde, cuidados de longa duração, aprendizagem ao longo da vida, subsídios em situação de doença e de desemprego, mercado de emprego activo e guarda de crianças e de medidas positivas que permitam fazer face ao envelhecimento da população europeia.
- Lutar pela revisão das directivas sobre o tempo de trabalho, os conselhos de empresa europeus e os trabalhadores destacados, e por uma directiva sobre os trabalhadores temporários.

### 3. Pelo diálogo social, a negociação colectiva e a participação dos trabalhadores

- Encorajar um diálogo social de alta qualidade e um nível europeu de resolução de litígios.
- Ter desde já em conta o modelo de elaboração e de coordenação das negociações colectivas no plano europeu, incluindo nos planos sectorial, transfronteiriço e transnacional, e apoiar o trabalho das Federações Sindicais Europeias.
- Criar melhores condições para os conselhos de empresa europeus e incentivar a participação dos trabalhadores.
- Militar por critérios mais elevados de governança das empresas, na base do reconhecimento dos interesses de todas as partes em causa e não apenas dos accionistas, e por um empenhamento acrescido numa verdadeira responsabilidade social das empresas.
- Expor e combater o “capitalismo casino” e, mais na generalidade, as políticas a curto prazo, através da fiscalidade, da regulamentação e da participação dos trabalhadores.

4. Por uma governança económica, social e ambiental europeia mais eficaz,  
incluindo:

- Relançar a estratégia de Lisboa e redefinir urgentemente os seus termos de referência e o seu lugar na construção europeia.
- Elaborar um quadro político macroeconómico que incentive o crescimento e a inovação, fixe um objectivo de inflação mais elevado e vise uma taxa de câmbio mais propícia ao crescimento
- Promover a coordenação eficaz das políticas fiscais.
- Atribuir um orçamento europeu mais elevado de modo a favorecer, em particular, o alargamento e a solidariedade entre as regiões e os países.
- Implementar serviços públicos mais fortes, num novo quadro europeu.
- Elaborar estratégias industriais e inovadoras que incluam as tecnologias sustentáveis, uma produtividade elevada, uma mão-de-obra altamente qualificada, o reconhecimento da importância permanente do fabrico europeu, o aumento de despesas importantes em matéria de investigação e desenvolvimento, e uma melhor agenda de regulamentação baseada não apenas em critérios económicos, mas também sociais e ecológicos.
- Promover uma Europa mais sustentável graças a estratégias de crescimento “inteligentes”, de esquemas de produção e de consumo diferentes, de respeito pelos objectivos de Kyoto no que diz respeito à emissão de carbono, e integrando as questões ambientais e energéticas na agenda sindical geral.

5. Por uma UE mais forte, com:

- Uma defesa da essência do Tratado Constitucional, incluindo a Carta dos Direitos Fundamentais, e o direito sindical à organização e à greve, acrescida de uma dimensão social mais forte expressa num protocolo social ou numa declaração social.
- Uma abordagem positiva relativamente ao alargamento aos Balcãs e à Turquia, com base no respeito total pelas obrigações que advêm da entrada na UE e pelos direitos fundamentais; políticas

de vizinhança generosas a respeito da Europa de Leste e nos países mediterrânicos; e cooperação com as outras regiões do mundo.

- Uma abordagem do comércio que respeite os direitos e normas da OIT, que favoreça os empregos na Europa, que se oponha à utilização do comércio para incentivar uma liberalização agressiva nos países em vias de desenvolvimento e que busque uma maior coerência entre a política comercial e o desenvolvimento, os objectivos sociais e ambientais.
- Uma política externa baseada na defesa da paz, na adesão às NU e na sua constituição, no respeito pelo Estado de Direito, no recurso à força “ligeira” para promover a democracia e os direitos humanos e na condenação absoluta do terrorismo.
- A implementação de uma autêntica política estrangeira e de segurança comum da UE.